

## Investigador diz que Concertação "tem fragilizado" negociação coletiva

A negociação coletiva assume uma "dimensão relevante" na promoção da justiça social e da democracia laboral, mas tem sido "fragilizada pelas lógicas da concertação social", segundo defende um investigador da Universidade de Coimbra.

Patrocínio

"A situação de paralisia da negociação coletiva constitui-se como um fator de perturbação, não só do mundo do trabalho mas para a sociedade em geral, considerando-se as funções e a centralidade político-jurídica que lhe estão associadas", afirmou António Casimiro Ferreira à agência Lusa.

Este professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) falava na qualidade de organizador do colóquio "A OIT: reflexos e limitações de um paradigma sociojurídico", que decorre na segunda-feira, com início às 10.30 horas, na sala Keynes da FEUC.

"Os processos de revisão da legislação laboral, nomeadamente os ocorridos após 2003, têm colocado sob pressão a negociação coletiva. Para além das dimensões legislativas que têm fragilizado a dinamização da negociação coletiva, sucede também que ela é pressionada, muitas vezes, pelas lógicas da concertação social, as quais a ultrapassam", sublinhou António Casimiro Ferreira.

Apesar de ser "muitas vezes" encarada "apenas como um mecanismo de ajustamento salarial", a negociação coletiva "desempenha um papel muito amplo, por envolver não só dinâmicas económicas, mas sobretudo por poder contribuir para as expectativas dos parceiros sociais e criação da confiança social", disse.

"A negociação coletiva é uma peça fundamental dos sistemas de relações laborais e do direito do trabalho, constituindo-se numa das dimensões relevantes para a promoção da justiça social e da democracia laboral. Ela faz parte, com o mecanismo dos impostos progressivos e os mecanismos de proteção social, do modelo de redistribuição social das sociedades democráticas", acentuou.

Segundo o docente universitário, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), fundada em 1919, sendo "um referencial claro para as orientações de reforma legislativa e para o lugar desempenhado pela negociação coletiva nas sociedades democráticas, constitui uma boa plataforma analítica para a avaliação da situação de bloqueio" da negociação coletiva em Portugal.

O colóquio realiza-se no âmbito do projeto de investigação "A OIT no direito do trabalho português: reflexos e limitações de um paradigma sociojurídico", coordenado por António Casimiro Ferreira, a decorrer no Centro de Estudos Sociais (CES) da UC e que abrange o período do 25 de Abril de 1974 à atualidade.

Intervirão também na iniciativa um representante da OIT, Manuel Carvalho da Silva (docente universitário e ex-líder da CGTP) e Cristina Rodrigues (investigadora e coordenadora central da Comissão de Recursos do Instituto do Emprego e Formação Profissional).

publicado a 2014-09-26 às 10:59

---

Para mais detalhes consulte:

[http://www.jn.pt/PaginaInicial/Economia/Interior.aspx?content\\_id=4146279](http://www.jn.pt/PaginaInicial/Economia/Interior.aspx?content_id=4146279)

GRUPO CONTROLINVESTE

Copyright © - Todos os direitos reservados